

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.731 - SP (2019/0329046-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A
ADVOGADO : MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) - PE023748
RECORRIDO : MARCIO BENEDITO VECCHI EIRELI
ADVOGADOS : ANDRE CARNEIRO SBRISSA - SP276262
ADRIANA MEDEIROS BATISTA - SP365184

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do TJSP, o qual recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 590):

PLANO DE SAÚDE COLETIVO. POUCAS VIDAS. RESCISÃO UNILATERAL IMOTIVADA. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL E DA BOA-FÉ. OFENSA AO CDC E À LEI Nº 9.656/98. PRECEDENTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

No recurso especial (e-STJ fls. 598/623), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente alega violação dos arts. 774 e 776 do CC/2002.

Sustenta afronta ao art. 476 do CC/2002, pois o Tribunal de origem não observou que o contrato foi rescindido por inadimplência do recorrido. Nesse contexto, afirma que nenhuma das partes, antes de cumprida com sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

Destaca a inaplicabilidade do CDC *in casu*.

Aduz a negativa de vigência do art. 17-A, § 2º, IV, da Lei n. 9.656/1998, argumentando a possibilidade de rescisão do contrato de saúde coletivo, uma vez que não se trata de contrato familiar.

Não foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fl. 629).

É o relatório.

Decido.

A alegação genérica de ofensa a artigo de lei federal, sem indicar em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado tal norma e qual seria sua correta interpretação, enseja deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível, assim, o recurso especial quanto à violação dos arts. 774 e 776 do CC/2002, uma vez que a argumentação deficiente não permite a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula n. 284 do STF.

Não há como conhecer do recurso, também, quanto ao ponto relacionado à inaplicabilidade do CDC. Isso porque faltou a indicação do dispositivo legal ao qual teria sido atribuída interpretação divergente. Aplica-se novamente a Súmula n. 284/STF.

Em relação à suposta ofensa ao art. 476 do CC/2002, a tese de exceção do

contrato não cumprido não foi debatida anteriormente, carecendo assim de prequestionamento. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

O Tribunal de origem reconheceu a impossibilidade de rescisão unilateral do contrato, considerando que, apesar de firmado sob a forma de plano de saúde coletivo empresarial, o contrato envolve pequena empresa familiar, sendo que, materialmente, o plano de saúde configura benefício individual, incidindo assim a vedação do art. 13, parágrafo único, II, da Lei n. 9.656/1998 (e-STJ fls. 590/594).

O entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência do STJ no sentido da impossibilidade de rescisão unilateral de contrato de saúde coletivo tratado como de natureza familiar. Desse modo:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. RESCISÃO UNILATERAL PELA OPERADORA. POSSIBILIDADE. ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DA LEI Nº 9.656/98. INAPLICABILIDADE AO CASO. DECISÃO MANTIDA.

1. Vale pontuar que o presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A associação não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado para dar provimento ao recurso especial manejado pela operadora do plano de saúde.

3. Esta Corte possui a compreensão de que é possível a rescisão unilateral do contrato coletivo de plano de saúde, imotivadamente após a vigência do período de 12 meses e mediante prévia notificação da outra parte, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares (AgRg no AgRg no AREsp nº 51.473/SP, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 14/10/2015).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.590.174/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 31/8/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESCISÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. É possível a rescisão unilateral do contrato coletivo de saúde, uma vez que a norma inserta no art. 13, II, b, parágrafo único, da Lei 9.656/98 aplica-se exclusivamente a contratos individuais ou familiares. Precedentes.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 539.288/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em, DJe 9/2/2015.)

Ademais, para alterar o entendimento do Tribunal *a quo* – de que o contrato de saúde coletivo tem natureza familiar –, seria necessário o reexame dos fatos e das provas dos autos, bem como das cláusulas contratuais, medidas incabíveis em recurso especial (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

Por fim, não há como acolher a tese de dissídio jurisprudencial, tendo em vista

Superior Tribunal de Justiça

que falta identidade entre o paradigma apresentado e os fundamentos do acórdão.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator